



ATA NÚMERO 02/2005

1 Aos **treze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco**, com início às quatorze horas, na
2 Agência da Lagoa Mirim, Auditório Luís Simões Lopes, sito à rua Lobo da Costa, 447,
3 realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade
4 Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**,
5 Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Ricardo Lemos Sainz**, Pró-
6 Reitor Administrativo em exercício; **Moacir Cardoso Elias**, Pró-Reitor de Planejamento e
7 Desenvolvimento em exercício; **Alci Enimar Loeck**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
8 **Luiz Fernando Minello**, Pró-Reitor de Graduação; **Volmar Fernando da Silva Nunes**, Pró-
9 Reitor de Extensão e Cultura em exercício; **Tania Beatriz Gamboa Araújo Morselli**, Diretora
10 da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel no exercício da Direção; **Lia Palazzo Rodrigues**,
11 Diretora da Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do Conservatório de
12 Música; **Frutuoso Luiz de Araújo**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Farid Butros Iunan**
13 **Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Jane Dias da Costa da Cunha**, Diretora da
14 Faculdade de Ciências Domésticas; **Airton José Rombaldi**, Diretor da Escola Superior de
15 Educação Física; **Anaizi Cruz Espírito Santo**, Diretora do Instituto de Letras e Artes; **Paulo**
16 **Bretanha Ribeiro**, Diretor do Instituto de Biologia; **Fábio Vergara Cerqueira**, Diretor do
17 Instituto de Ciências Humanas; **Alvaro Leonardi Ayala Filho**, Diretor do Instituto de Física e
18 Matemática; **Sergio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Instituto de Química e
19 Geociências; **Maria Amélia Soares Dias da Costa**, Diretora do Instituto de Sociologia e
20 Política; **Emília Nalva Ferreira da Silva**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e
21 Obstetrícia; **Carlos Silveira Da Luz**, Vice-Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola, no
22 exercício da Direção; **Hugo Roberto Kaastrup Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico
23 Visconde da Graça; **Marilene Farias Alam**, suplente do representante dos Professores
24 Titulares; **José Carlos da Silveira Osório**, representante dos Professores Titulares; **Celso**
25 **Medina Fagundes**, representante dos Professores Adjuntos; **Mário Sérgio Medeiros Pires**,
26 representante dos Professores Adjuntos; **Flavia Braga Azambuja**, representante dos
27 Professores Assistentes; **José Carlos Brod Nogueira**, representante dos Professores
28 Assistentes; **Victor Hugo Pereira Coelho**, representante dos Professores Auxiliares; **Eduardo**
29 **Machado Rotta**, representante dos Professores Auxiliares; **Márcia Spadari Selmo**, suplente
30 do representante dos Professores de 1º e 2º Graus; **Amauri Costa da Costa**, representante dos
31 Professores de 1º e 2º Graus; **Ana Regina Romano**, representante do COCEPE; **Cláudio**
32 **Kroeff**, representante Comunitário; **Cristina Altmann**, **Gian Carlo Carvalho**, **Jurandir**
33 **Silva**, **Natalie Oliveira** e **Rossano Echevarria**, representantes Discentes; **Rosalina Vieira dos**
34 **Anjos**, **Carmem Regina Silveira Nogueira**, **João Paulo Voltan Adamoli**, **Vera Maria de**
35 **Oliveira Lopes**, **Mara Lucia Vasconcelos**, **Margarete Oleiro Marques** e **Marilane de**
36 **Souza Velasco**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os seguintes
37 Conselheiros: **Telmo Pagana Xavier**, Vice-Reitor, pois estava em viagem à Brasília; **Angela**
38 **Maria Antunes Nunes**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Avelino da Rosa Oliveira**,
39 Diretor da Faculdade de Educação; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da Faculdade de
40 Meteorologia; **Nirce Saffer Medvedovski**, Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
41 **José Beiro Carvalhal**, Diretor da Faculdade de Nutrição; **Ledemar Carlos Vahl**,
42 representante do COCEPE; **Walter Silva**, representante Comunitário; **Ana Carolina Ferreira**
43 **Kessler**, representante Comunitária; **Ana Carina Caldas** e **Júlio Matos**, representantes
44 Discentes. Constatada a existência de quorum legal, o Senhor Presidente, declarou aberta a
45 sessão, solicitando a inclusão, na ordem do dia, do resultado da reunião dos Diretores das



46 Unidades juntamente com representantes da ASUFPel e ADUFPel sobre a Institucionalização
47 dos debates sobre a Reforma Universitária. Esses debates seriam institucionalizados através de
48 uma comissão formada anteriormente e composta pelos Professores: Álvaro Ayala Filho e
49 Moacir Cardoso Elias, a Técnica Administrativa Rosane Maria Brandão e o Acadêmico
50 Jurandir Silva. Colocou a pauta em aprovação com os três itens. Aprovada com 44 votos
51 favoráveis (unanimidade). Passou ao **item 01- Estruturação do Plano de Carreira Técnico-**
52 **Administrativo em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Vinculadas**
53 **ao Ministério da Educação conforme a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005.** O
54 presidente solicitou autorização do Conselho para convidar a presidente da Comissão de
55 Enquadramento para fazer o relato do trabalho. Aprovado por unanimidade. A senhora Tânia
56 Bachili falou sobre a lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 (anexa a esta ata) que estruturou o
57 Plano de Carreira do Cargo Técnico Administrativo das Instituições Federais de Ensino
58 Superior, vinculada ao Ministério da Educação. Disse que por determinação legal foram
59 compostas comissões em todas as Instituições Federais de Ensino para atuarem nessa
60 estruturação. Na UFPel, doze membros compuseram a comissão com seis representantes das
61 associações e seis indicados pela Administração. Naquele momento estava apresentando o
62 relatório final para a homologação pelo Conselho Universitário e a partir do dia seguinte
63 estaria iniciando a segunda etapa que era a de capacitação dos servidores com o preenchimento
64 de uma parte do cadastro com o ambiente onde ele trabalha, o que iria demonstrar a existência
65 ou não de desvio de função. Não havendo manifestações dos conselheiros, colocada em
66 votação, a homologação deste trabalho foi aprovada com trinta e oito (38) votos favoráveis e
67 cinco (05) abstenções. O senhor presidente, após solicitação de mais esclarecimentos por parte
68 dos conselheiros, convidou a senhora Tânia Bachili para retornar à mesa. A professora Lia
69 Palazzo pediu explicações sobre a forma de trabalho da comissão. A relatora explicou que a lei
70 determinava que no prazo de 13 de abril de 2005 fosse votado o relatório final dessa nova
71 carreira, ou seja, a opção que cada servidor técnico administrativo fez pela aceitação da nova
72 carreira. A partir da votação do conselho seria editada uma portaria que já estava estruturada
73 dentro da lei a qual iria para publicação no Diário Oficial com a nova carreira do servidor das
74 Instituições Federais de Ensino Superior. A Professora Maria Amélia Dias da Costa perguntou
75 se a apresentação era de um relatório final, porque o funcionário necessitava preencher novo
76 questionário? Esse nesse novo questionário haveria a configuração de desvio de função não
77 poderia haver o enquadramento definitivo do funcionário na função que exercia no momento
78 do preenchimento do questionário? A relatora respondeu que a segunda etapa estava prevista
79 para avaliar a capacitação do servidor, ou seja, todos os títulos de cursos que os servidores
80 tivessem realizado durante a sua carreira, incluindo os aposentados. Como orçamentariamente
81 não estava previsto para o ano de 2005, ficou como sendo uma segunda etapa para o
82 enquadramento, que entraria em prática em 2006. O técnico administrativo João Paulo
83 Adamoli falou que era possível esclarecer mais o assunto dizendo que estava sendo aprovado o
84 Plano de Carreira que se tratava de uma demanda antiga da categoria a nível nacional e esta era
85 a primeira etapa que tratava do enquadramento por tempo de serviço público federal. Para
86 aquele conselheiro, o que a comissão acabara de fazer era a repercussão financeira a partir de
87 primeiro de março de 2005 e no momento que fosse votado pelo Conselho os funcionários já
88 estariam aptos para cobrar do governo a implantação e a repercussão financeira disso. Apesar
89 de haver sido feita uma discussão do assunto, a universidade como um todo não participou
90 desse debate e a partir daquele momento acreditava que isto seria necessário em outro
91 momento, juntamente com os conselheiros e as Direções de Unidades, para preparar a
92 instituição como um todo, para a nova etapa que este plano prevê que é capacitação, adequar a
93 universidade a um projeto novo. Sem mais questionamentos, o senhor presidente passou ao
94 **Item 02: Ofício nº 01/05 da Comissão de Legislação e Normas.** Apresentando propostas para
95 adequação da composição do Conselho Universitário. Em primeiro lugar, o senhor presidente
96 agradeceu através da figura da presidente da comissão, Professora Lia Palazzo Rodrigues, pela
97 eficiência e rapidez da Comissão em levar naquela data a proposta de definição desse item. O



98 senhor presidente salientou parte da ata que considerava mais relevante para a discussão do
99 tema: “...Os membros da Comissão de Legislação e Normas entendem que não têm
100 competência para decidir, entra as duas propostas, qual a que deve ser aceita, eis que a função
101 da comissão é meramente consultiva, e não deliberativa. Mas, entretanto a questão para poder
102 contribuir com o Conselho Universitário, verificou que há 28 colegiados de pós-graduação e 31
103 de graduação. E tanto o ensino de graduação como o de pós-graduação são importantes, não
104 cabendo, entre eles, nenhuma primazia. Desse modo, a Comissão de Legislação e Normas
105 sugere que os três professores necessários para completar o Conselho Universitário sejam
106 escolhidos entre os Coordenadores dos Colegiados de Graduação e de Pós-Graduação. Como
107 os colegiados de graduação estão presentes em todos os cursos, dois professores, no mínimo,
108 seriam eleitos entre os Coordenadores dos referidos colegiados. O terceiro professor poderia
109 ser eleito, tanto entre os Coordenadores dos Colegiados da Graduação, quanto da pós-
110 graduação. Em razão da alteração dos membros que compõem o Conselho Universitário,
111 deverá o artigo 17 adequar-se ao que for deliberado para atender ao disposto no artigo 341 e
112 seu parágrafo único do Regimento Geral da UFPel”. O Senhor Presidente lembrou que pelo
113 que havia sido exposto, havia a necessidade de votar nomes para escolha de três professores
114 para completarem os 70% da representação docente no CONSUN. Propôs a escolha de dois
115 professores de graduação e um de pós-graduação, escolhidos por seus pares nos
116 Colegiados. Lembrando a necessidade de haver a escolha de três suplentes. O Professor
117 Moacir Elias falou que para evitar que depois tivesse de retornar à escolha, já ficasse definido
118 que os coordenadores fossem escolhidos entre seus pares ou seja: graduação escolhe os dois
119 professores de graduação e a pós-graduação escolheria os representantes da pós-graduação.
120 Colocada em votação a proposta foi aprovada com quarenta e seis (46) votos favoráveis
121 (unanimidade). O Senhor Presidente passou ao **Item 03: Institucionalização dos debates na**
122 **UFPel sobre a Reforma Universitária.** Passou a palavra a disposição do Professor Moacir
123 Elias para relatar os trabalhos da comissão e logo após o Conselho pudesse votar a proposta de
124 institucionalização desses trabalhos. O Relator disse que no dia 15 de março, a convite da
125 Administração, foi realizada uma reunião com os Diretores de Unidades mais uma
126 representação das entidades e após os debates, dessa reunião surgiu uma proposta composta de
127 três itens. O primeiro propôs que o Conselho Universitário institucionalizasse os debates na
128 UFPel sobre a Reforma Universitária e as justificativas para isso têm várias vertentes e dentre
129 elas as principais são: há uma enorme dificuldade de mobilização das pessoas para
130 participarem de assuntos dessa natureza, mas havia por outro lado uma necessidade de que
131 todas as pessoas tomassem conhecimento, uma vez que a Reforma Universitária atinge a todos
132 e, institucionalizando esse debate, facilitaria o entendimento das pessoas sobre o processo
133 evitando que alguns acreditassem que estariam apenas debatendo algo que não teria conclusão.
134 O segundo item era que o Conselho aceitando institucionalizar o debate formasse uma
135 comissão e esta comissão tivesse representação da Administração nos seus dois níveis
136 (Administração Central e Administração das Unidades Acadêmicas), mais os representantes da
137 ADUFPel, ASUFPel e do DCE. O terceiro item propunha uma seqüência de atividades como:
138 primeira etapa: uma etapa de sensibilização para ser feita na comunidade interna utilizando os
139 meios disponíveis para isso; a segunda etapa seria um ciclo de palestras feitos em um dia com
140 convite para palestrantes da ANDIFES, do MEC, da ANDES, da FASUBRA e da UNE, para
141 que cada um pudesse expor para toda a Comunidade Universitária seus pontos de vista a
142 respeito do tema da Reforma Universitária; a terceira etapa, a partir desses esclarecimentos,
143 seria composta de debates setorializados nas Unidades Acadêmicas e nos Setores Administrativos
144 da Universidade, para que o processo de conscientização em uma quarta etapa se consolidasse
145 através de um documento que refletisse esse resultado e finalmente este fosse submetido a uma
146 apreciação pelo Conselho Universitário e pudesse, a partir daí, aprovar o que seria a posição do
147 órgão máximo da universidade. Colocada a palavra para manifestações, o conselheiro João
148 Paulo Adamoli disse não ter entendido uma das etapas onde foi colocado que o grupo retirado
149 pelo CONSUN convocaria as entidades para debates. O relator falou em “convite” porque não



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 02/2005 – FLS. 4 de 04

150 havia obrigatoriedade de participação de nenhum segmento que não desejasse participar dos
151 mesmos. Conselheiro João Paulo Adamoli disse que particularmente lhe parecia que o
152 Conselho Universitário poderia referendar essa comissão que tomou a iniciativa de iniciar os
153 debates. Apenas sugeria que fosse encaminhada às entidades a possibilidade de participar dessa
154 organização. O conselheiro Jurandir Silva quis saber se o Professor Moacir seria o presidente
155 da comissão ao que este respondeu que sendo uma comissão provisória não havia necessidade
156 de presidência e estava relatando apenas representando a comissão. Sem mais manifestações,
157 foi colocada em votação a proposta de institucionalização dos debates da Reforma
158 Universitária na UFPel. Aprovada com quarenta e seis votos favoráveis (unanimidade). O
159 segundo item solicitado de ser incluído na pauta: Proposição de formação de uma comissão
160 para continuar conduzindo os debates. O senhor presidente do Conselho Universitário propôs
161 manter a mesma comissão com a presidência do Professor Moacir Cardoso Elias. Colocada em
162 votação a proposta do senhor presidente, a mesma foi aprovada por unanimidade, sendo
163 sugerido que a presidência seja escolhida pelos membros daquela comissão. Sugestão acatada
164 pelo senhor presidente que agradeceu a presença dos Conselheiros e deu por encerrada a
165 reunião às quinze (15:00) horas. Do que para constar, eu Roseméri Roseméri Gomes
166 Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será
167 igualmente assinada pelo Senhor Presidente.

Antonio Carlos M...